

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NA CIDADE DE UMUARAMA

Aline da Silva*
Talita Cristina Rezende**

RESUMO: Através deste artigo é possível constatar a situação em que se encontra a periferia na cidade de Umuarama. Verifica-se ainda a relação entre a pobreza e degradação ambiental, registrando que hoje as condições de vida da maioria das pessoas de baixa renda são precárias, fica evidente a ampla incidência de favelas e ocupações de risco. O problema é amenizado pela intervenção do Estado, mas esta é insuficiente para atender todas as necessidades existentes.

PALAVRAS-CHAVE: periferia, ocupações irregulares, Umuarama

INTRODUÇÃO

Umuarama localiza-se na região Noroeste do Estado do Paraná, com cerca de 90.690 habitantes. Apresenta no decorrer dos anos um grande desenvolvimento populacional. A cidade possui hoje um déficit habitacional elevado, aproximadamente 4.800 pessoas sem moradia, mais de 5% da população. Grande parte ocupa nove favelas situadas em regiões próximas as nascentes e áreas ribeirinhas.

Considerando esta situação, a Prefeitura Municipal de Umuarama, através da Secretaria do Bem-Estar Social e DAC (Divisão de Ação Comunitária), iniciou um projeto, visando melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda que se encontram em situações de risco ou em locais inapropriados para moradia.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foram feitas visitas a órgãos públicos, para o levantamento de informações e pesquisa de campo sobre a população de baixa renda da cidade de Umuarama, a fim de conhecer a localização e situação em que vive esta população. Também foram feitas entrevistas com moradores e incursões em alguns projetos sociais.

A FORMAÇÃO DA PERIFERIA NA CIDADE DE UMUARAMA

Fundada em 26 de junho de 1955, Umuarama é a cidade mais populosa da região do Arenito Caiuá e a segunda maior cidade do Noroeste do Paraná. Guarda também a herança de cidade planejada, uma das últimas colonizadas pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná.

Caracteriza-se pela presença de pequenas propriedades até 1970, isto significa uma maior capacidade de absorção de mão-de-obra fixada no campo na condição de arrendatários ou parceiros. Mas nem todo esse contingente pode se manter no campo, o que levou parte da população a migrar para zona urbana em busca de melhores condições de vida, principalmente depois da geada de 1975.

Como não tinha nenhum tipo de fiscalização houve aproveitamentos políticos, sendo parte destas terras doadas sem qualquer documentação e parte invadida facilitando a proliferação das favelas.

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

De acordo com a Secretaria do Bem-Estar Social, cerca de 1.000 a 1.200 moradias estão localizadas em áreas de invasão, sendo que, aproximadamente 600 a 750 encontram-se em

áreas de risco, próximo à córregos e áreas de encosta.

São nove favelas, sendo elas: Favela do Jardim Panorama, Iguacu, Social, Petrópolis, Beira Rio, Parque Industrial I, Dom Bosco, São Caetano e Laranjeiras (figura 1).

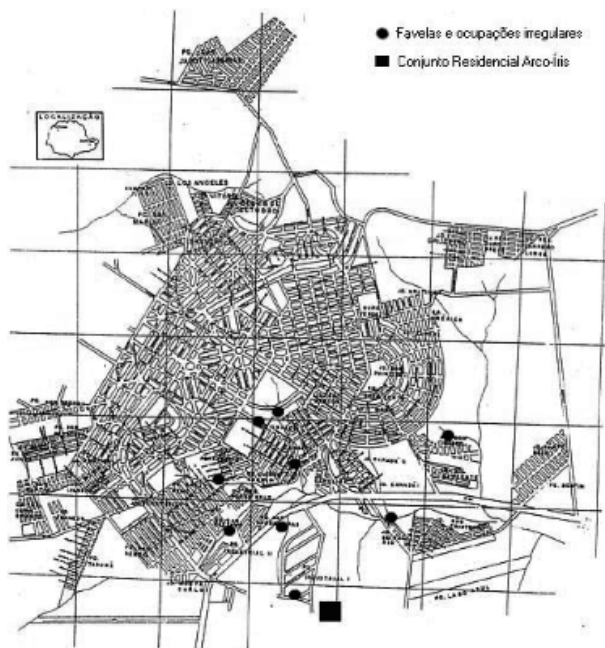


Figura 1 - Mapa de Umuarama
Segundo a Secretaria do Bem-Estar Social, o nível de analfabetismo entre os jovens de 7 a 21 anos é considerado baixo, tendo até o segundo grau, já a maioria das pessoas de 21 a 35 anos, têm o ensino fundamental completo ou incompleto e acima de 35 anos o índice de analfabetismo é bastante elevado. São entre 3 a 8 o número de habitantes por moradia. Moradias que não ocupam área de risco, mas estão localizadas em áreas de invasão, apresentam menor precariedade. Existem casas de alvenarias e de outros materiais, algumas possuindo fossa com acesso a água e energia, porém pavimentação e drenagem insatisfatórias (figura 2)



Figura 2 - Moradias em área de invasão

*Graduando em Arquitetura e Urbanismo - Unipar, pikninha@hotmail.com

**Graduando em Arquitetura e Urbanismo - Unipar, talita.rezende@pop.com.br

O índice de doenças é alto nessas áreas, devido a presença de lixo, entulho e água contaminada por dejetos domésticos (figura 3).



Figura 3 - Moradia próximo a nascente

De acordo com a Secretaria do Bem-Estar Social, nas favelas do Jardim Panorama, Social, Petrópolis e Parque Laranjeiras a violência é evidente, juntamente com o consumo de drogas, principalmente o alcoolismo, resultante do desemprego.

A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

O Município através da Secretaria do Bem-Estar Social procura atender as famílias carentes com alimentação e “habitação”, tentando amenizar a precariedade que as mesmas estão expostas. O Governo do Estado através do PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense), repassa a estas famílias roupas, alimentos, móveis usados recebidos por doações dos mais favorecidos.

Uma parceria entre Município, Estado e Governo Federal desenvolve um projeto de desfavelamento junto às famílias que moram em áreas de risco, tendo como objetivo oferecer melhores condições de vida a essa população e proteção as áreas de preservação ambiental.

Localizado próximo a PR-323, ao lado do Parque Industrial I, o projeto denominado Conjunto Residencial Arco-Íris (figura 3), nome escolhido pelos próprios moradores, construiu um total de 173 casas do programa “Paraná Solidarieidade” e “Morar Melhor”, através deste, mais 36 moradias estão sendo construídas, beneficiando 209 famílias (figura 4).



Figura 3 - Vista do Conjunto Residencial Arco-Iris

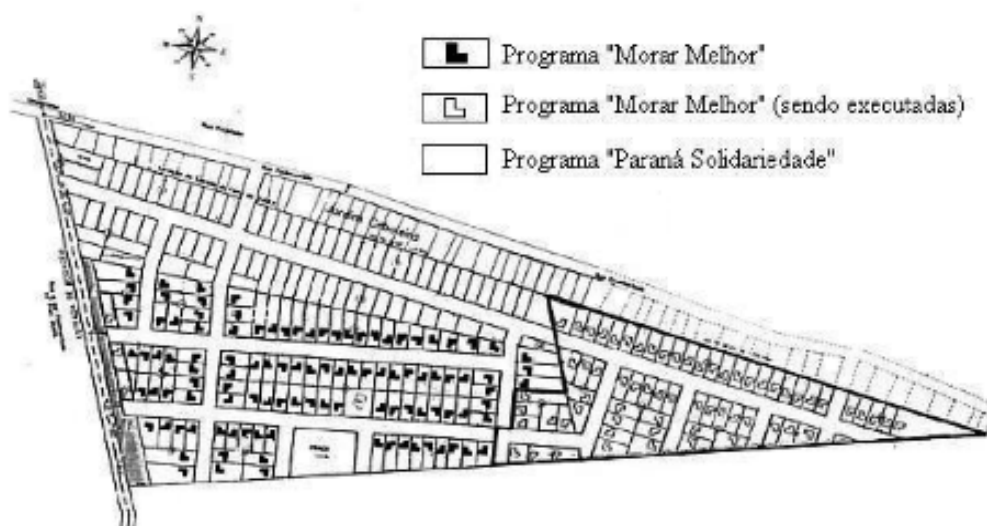


Figura 4 - Planta do Conjunto Residencial Arco-Iris

O Município viabilizou obras e serviços de infra-estrutura urbana, como pavimentação asfáltica, rede de galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica, iluminação pública, rede de abastecimentos de água potável, mão-de-obra e gerenciamento de Projetos Sociais.

O Estado, por sua vez, responsabilizou-se pela parte de engenharia, licitações e aquisição de material de construção.

A classificação das famílias, às quais foram destinadas as unidades, realizada pela Secretaria do Bem-Estar Social, obedece a Lei nº 2.407 aprovada pelo Poder Legislativo, que

- I- as que se encontram em locais de maior risco;
- II- as que se encontram em locais não permitidos para habitações;
- III- os mais idosos;
- IV- maior número de filhos menores;
- V- menor renda;
- VI- viúvas e viúvos;
- VII- maior tempo de residência no Município;

A Caixa Econômica Federal exige um Projeto Social antes da remoção dessas famílias, dando noções de higiene, violência e drogas, que deve ser realizado por psicólogos e assistentes sociais.

Após excelentes resultados, a Secretaria do Bem-Estar Social continua, após a instalação das famílias, oferecendo palestras (figura 5), cursos de sabão caseiro, manicure, horta e jardinagem, possibilitando a elas renda própria. Porém, o principal meio de sobrevivência ainda é a cata de papelão e sucatas.



Figura 5 - Palestra oferecida através do Projeto Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos com essa nossa breve análise termos demonstrado, ainda que de forma sucinta, a situação em que se encontra parte da população de baixa renda de Umuarama, caminhando no sentido de sensibilizar os futuros arquitetos e demais profissionais para esta face da cidade, estimulando soluções criativas para atender suas necessidades e procurando ampliar a qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- AMERIOS. 1ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Regional. Umuarama, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA. Umuarama: Uma Visão Transformadora. Umuarama: Trabalho Digitado, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA. Divisão de Ação Comunitária. Secretaria do Bem-Estar Social. Umuarama: Trabalho Digitado, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA. Lei 2.407. Autoriza o Poder Executivo a estabelecer parceria com a Caixa Econômica Federal e a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para a implantação do “Programa Morar Melhor”. Umuarama, 2001.
- SILVA, Beatriz. Comunicações Ponenciais. In: XIX CLEFA (Conferência Latino-americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura), 2001, São Paulo. Anais... São Paulo: Mackenzie, 2001. p. 112-117.
- TOMMASINO, Kimiye. Fugindo do Sistema: Começo e Fim da Utopia dos Ilhéus do Rio Paraná. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985. cap. 2. p. 23-38.